

Órgãos Associativos do INESC TEC

(composição a 31 /12/2017)

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto

Sebastião José Cabral Foyo de Azevedo

(Reitor da Universidade do Porto)

José Ângelo Mota Novais Barbosa

(Presidente do Conselho de Administração da UPTEC)

João Francisco da Silva Alves Ribeiro

(Pró-Reitor da Universidade do Porto)

António Fernando Sousa Silva

(Diretor da FCUP)

João Bernardo de Sena Esteves Falcão e Cunha

(Diretor da FEUP)

Ana Maria Rodrigues de Sousa Faria de Mendonça

(Vice-Diretora da FEUP)

António Joaquim Mendes Ferreira

(Vice-Presidente do Conselho Científico da FEUP)

José Manuel Janeira Varejão

(Diretor da FEP)

Membros designados pelo INESC

José Manuel Nunes Salvador Tribolet

(Presidente do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira

(Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Abílio Ançã Henriques

(Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)

Arlindo Manuel Limede de Oliveira

(Vogal do Conselho de Diretores do INESC)

Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

(Vogal do Conselho de Diretores do INESC)

Membros designados pelo IPP

Rosário Gambôa
(Presidente do IPP)

João Simões da Rocha
(Presidente do ISEP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo

Primeiro Secretário: Rosário Gambôa

Segundo Secretário: António Joaquim Mendes Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Administradores:

Mário Jorge Moreira Leitão

João Abel Peças Lopes

Vladimiro Henrique Barrosa Pinto de Miranda

Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo

Gabriel de Sousa Torcato David

João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro

Luís Filipe Maia Carneiro

Rui Carlos Mendes de Oliveira

Comissão Executiva

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Administradores Executivos: Mário Jorge Moreira Leitão e Luís Filipe Maia Carneiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Abel dos Santos Alves (INESC)

Vogal: Maria Dulce Soares Lopes (FEUP)

ROC: Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, como efetivo, e António Manuel Martins Amaral, ROC, como suplente

Mandato: Os membros da Mesa do Conselho Geral, da Administração e do Conselho Fiscal foram eleitos na reunião do Conselho Geral de 8 de junho de 2015 para o triénio de 2015/2017. A Comissão Executiva foi criada e designados os seus membros na primeira reunião do Conselho de Administração, em 8 de junho de 2015.

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Manuel António Cerqueira da Costa Matos (FEUP)

Outros membros designados pela Administração:

José Fernando Oliveira (FEUP)

José António Ruela Simões Fernandes (Aposentado FEUP)

Membros designados pelos Centros/Laboratórios:

Paulo Vicente da Silva Marques – CAP (FCUP)

João Paulo Tomé Saraiva – CPES (FEUP)

Manuel Alberto Pereira Ricardo – CTM (FEUP)

Jorge Manuel Pinho de Sousa – CESE (FEUP)

João José Pinto Ferreira – CITE (FEUP)

António Paulo Gomes Mendes Moreira – CRIIS (FEUP)

Aurélio Joaquim de Castro Campilho – CBER (FEUP)

João Manuel Pereira Barroso – CSIG (UTAD)

Pavel Brazdil – LIAAD (FEP)

Fernando Manuel Augusto da Silva – CRACS (FCUP)

Lia Raquel Neto Martins Lima Patrício – CEGI (FEUP)

José Manuel Esgalhado Valença – HASLAB (U. Minho)

Membros suplentes:

José Nuno Oliveira – HASLAB (U. Minho)

Manuel Joaquim Bastos Marques – CAP (FCUP)

Luís António Pereira de Meneses Corte-Real – CTM (FEUP)

António Manuel Lucas Soares - CESE (FEUP)

Eduardo Alexandre Pereira da Silva – CRAS (ISEP)

João Paulo Trigueiros Cunha – CBER (FEUP)

Ângelo Manuel Rego e Silva Martins – CSIG (ISEP)

Vítor Santos Costa – CRACS (FCUP)

Alípio Jorge – LIAAD (FEP)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: José Carlos Príncipe (Universidade da Florida, EUA)

Volker Stich (Aachen University of Technology, Alemanha)

José Luíz Fiadeiro (Royal Holloway University of London, Reino Unido)

John O'Reilly (University College of London, Reino Unido)

Leonardo Chiariglioni (CEDEO, Itália)

Tomaz Gómez (Universidad Pontificia Comillas, Espanha)

Faramarz Farahi (University of North Carolina at Charlotte, EUA)

Steven P. Nichols (University of Texas at Austin, EUA)

José A. B. Fortes (University of Florida, EUA)

James C. Spohrer (IBM University Programs World-Wide, EUA)

Max Viergever (University Medical Center Utrecht, Holanda)

Pere Ridao (VICOROB - Institut de Recerca en Visió Per Computador i Robòtica)

Bruno Siciliano (PRISMA Lab, Itália)

Pedro Larrañaga (Universidad Politécnica de Madrid, Espanha)

Christian Cachin, (IBM Research-Zurich, Suíça)

Mandato: os membros do Conselho Científico e da Comissão de Acompanhamento Científico foram designados na reunião do Conselho Geral de 2 de maio de 2014 para o quinquénio 2014/2018.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO EMPRESARIAL

Carlos Pimenta (Membro do Conselho de Administração de diversas empresas no setor da energia renovável)

António Murta (Managing Partner - Pathena SGPS S.A.)

Luís Filipe Reis (Chief Corporate Center Officer Sonae; CEO Sonae Financial Services)

Alberto Barbosa (Member of the General and Supervisory Board of EDP)

João Paulo Oliveira (Membro do Conselho de Administração – The Navigator Company)

Mandato: A constituição da Comissão de Acompanhamento Empresarial, prevista na norma transitória do artigo 32º dos Estatutos do INESC TEC (Rev. 2015) foi aprovada na reunião do Conselho Geral de 27 de janeiro de 2017, para o quinquénio 2017/2021.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2017 foi, a um tempo, um ano de consolidação e de crescimento do INESC TEC, tendo a instituição apresentado um aumento no volume da atividade de 16% face ao ano anterior totalizando € 16.054.240, com um Resultado Líquido positivo de € 25.588, refletindo a política de rigor por que pauta a sua gestão.

Da análise das demonstrações financeiras destaca-se o crescimento muito significativo da atividade de Programas Nacionais (57%), fruto das inúmeras oportunidades de financiamento no âmbito do Portugal 2020, bem como um acréscimo de 11% nos rendimentos de Vendas e Serviços Prestados.

Relativamente aos Programas Nacionais, pela sua dimensão e relevância estratégica, importa salientar o financiamento para as infraestruturas de investigação inseridas no roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico, que ascende a 5,7 milhões de euros para três anos e que se iniciou na segunda metade do ano. Também a execução dos “Projetos Estruturados I&D&I” do NORTE2020, que registou um aumento de mais de um milhão de euros face a 2016, bem como os projetos em cooperação com empresas, cujo aumento, muito próximo dos 800 mil euros, contribuíram para o significativo acréscimo desta componente da atividade. Este elevado volume de financiamento dos Programas Nacionais, o mais significativo de sempre, muito embora possa indiciar um acréscimo da dependência financeira face a esta componente de financiamento, tem-se revelado de extrema importância, pois tem permitido uma capacitação da instituição em diferentes áreas estratégicas de atividade, promovendo, simultaneamente, a cooperação com empresas e aumentando o impacto das atividades de investigação, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia.

Finalmente, nunca é demais salientar que um dos maiores constrangimentos na operação do INESC TEC, resulta das sempre crescentes exigências de natureza burocrática e processual por parte de várias entidades financiadoras nacionais, quer relativamente às regras e ferramentas de submissão de candidaturas e relatórios financeiros, quer quanto aos mecanismos de controlo do cumprimento das regras da contratação pública. O resultado é o aumento da carga administrativa necessária para a gestão de projetos financiados, o aumento da incerteza no que respeita ao enquadramento e elegibilidade de despesas incorridas com as atividades desses mesmos projetos, o aumento da pressão sobre a tesouraria e outros entraves sérios à sua execução.

2. RECURSOS HUMANOS E LABORATORIAIS

2.1 Recursos Humanos

O Quadro 1 e as Figuras 1 e 2 apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2017. Esta última figura mostra a estrutura de Recursos Humanos integrados no final do ano de 2017 em comparação com 2016.

Quadro 1 – Estrutura de Recursos Humanos

Tipo de Ligação		2016	2017	Δ 2016-2017		
RH Integrados	I&D	Contratados	56	71	15	27%
		Docentes Ensino Superior	200	203	3	2%
		Bolseiros e Estagiários	400	449	49	12%
		Total I&D	656	723	67	10%
	Investigadores Afiliados	59	64	5	8%	
	Gestão, Administrativos e Técnicos	Contratados	59	69	10	17%
		Docentes Ensino Superior	8	8	0	0%
		Bolseiros e Estagiários	25	23	-2	-8%
		Total Gestão, Admin e Técnico	92	100	8	9%
	Total RH Integrados		807	887	80	10%
Total PhD Integrados		347	381	34	10%	



Figura 1 - Estrutura de Recursos Humanos

A variação sofrida pela estrutura de recursos humanos relativamente a 2016 apresentada no Quadro 1 demonstra que os números globais continuaram a crescer em praticamente todas as categorias, mas sobretudo ao nível dos bolseiros e estagiários: no final de 2017 eram mais 49 do que a 31 de dezembro de 2016. Em 2017, o número de investigadores com contrato de trabalho passou para 71 (contratados de I&D) face aos 56 do ano anterior. O número de contratados de gestão também aumentou (em 10) para fazer face ao aumento de atividade da instituição e da já referida carga burocrática imposta pelos programas de financiamento nacionais.

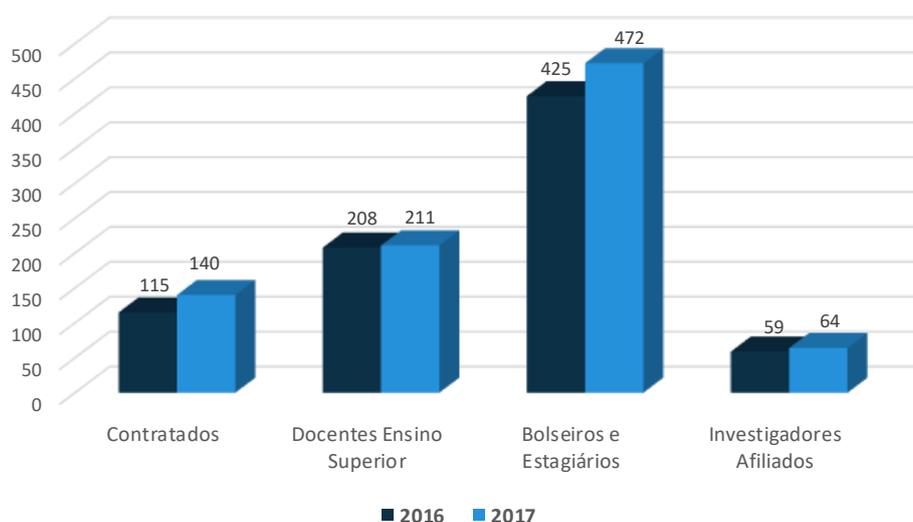


Figura 2 - Evolução dos Recursos Humanos

No que respeita à vertente de valorização de recursos humanos, para além de ações de formação interna, foram levadas a cabo diversas ações específicas de formação cujo custo, ao longo de 2017, ascendeu a € 15.915.

2.2 Instalações

Durante o ano de 2017, a parte maioritária da atividade foi desenvolvida nos dois edifícios da Asprela, no Campus da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo de relevar ainda, pelo seu volume, a atividade desenvolvida pelos Centros CAP - Centro de Fotónica Aplicada e CRACS - Centro de Investigação em Sistemas Computacionais Avançados, que operam em instalações da Faculdade de Ciências da mesma universidade e pelo HASLAB - High-Assurance Software Laboratory, que opera em instalações da Universidade do Minho. Pela elevada relevância, é de destacar o Laboratório de Robótica localizado na FEUP (CRIIS - Centro de Robótica Industrial e Sistemas Inteligentes), o Laboratório de Robótica localizado no ISEP (CRAS - Centro de Robótica e Sistemas Autónomos) e o Laboratório de Realidade Virtual na UTAD (CSIG - Centro de Sistemas de Informação e de Computação Gráfica). De referir ainda que diversos elementos de outros centros desenvolvem a sua atividade em locais como a Faculdade de Engenharia da UP, a Faculdade de Ciências da UP, a Faculdade de Economia da UP, o ISEP e a UTAD.

O aumento da atividade do INESC TEC levou ainda à necessidade de arrendar, desde julho de 2016, um espaço próximo do campus da Asprela para o CRIIS.

2.3 Investimento

De acordo com o Quadro 2, em 2017 o valor do ativo bruto aumentou € 568.320 face a 2016 (valor líquido de abates, no valor de € 3.892), sobretudo em resultado da aquisição de equipamento científico e laboratorial (€ 484.701). A aquisição da quase totalidade destes investimentos foi suportada pelas diversas entidades financiadoras através de diversos projetos e programas, com destaque para os projetos de infraestruturas tecnológicas, iniciados já no 2º semestre de 2017 e que representam investimentos muito avultados.

Quadro 2 – Investimento Líquido de Abates

Rubrica de investimento	Valor de Aquisição Líquido de Abates (€)
Edifícios e Outras Construções	39.835
Equipamento Básico	484.701
Equipamento Administrativo	43.784
TOTAL	568.320

Os gastos de depreciação do exercício totalizam € 732.755.

O valor do ativo fixo tangível total ascende, em 31 de dezembro de 2017, a € 2.690.358, conforme se apresenta no Quadro 3. A Figura 3 ilustra a evolução do valor Ativo Fixo Tangível Bruto nos últimos três anos.

Quadro 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis	Valor Bruto (€)	Depreciações Acumuladas (€)	Valor Líquido (€)
Edifícios e Outras Construções	2.089.225	247.151	1.842.075
Equipamento Básico	7.226.495	6.423.286	803.209
Equipamento de Transporte	67.353	67.353	
Equipamento Administrativo	451.326	407.494	43.832
Outros Ativos Fixos Tangíveis	73.467	72.225	1.242
TOTAL	9.907.866	7.217.509	2.690.358

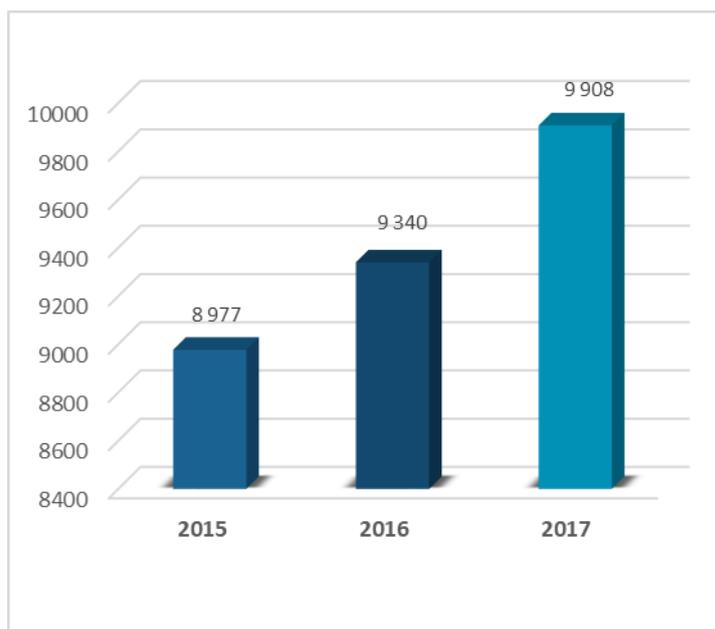


Figura 3 - Evolução do Ativo Fixo Tangível Bruto (Milhares de Euros)

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Enquadramento macroeconómico e impacto institucional¹

Em 2017, a economia portuguesa registou um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2,7%, o maior crescimento desde 2001 e que representa um aumento de 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior. Esta evolução resultou sobretudo do aumento da procura interna, embora também tenha ocorrido uma aceleração do investimento. Já a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. A procura doméstica contribuiu para este crescimento com 2,9 pontos percentuais, o maior desde 2000. O consumo privado aumentou 1,7% face a 2016, suportado essencialmente pela maior confiança dos consumidores, mas também pela evolução positiva do mercado de trabalho, bem como da acessibilidade ao crédito das famílias. O investimento cresceu 8,4% em 2017, por via das melhorias ocorridas no sector de máquinas e equipamento (que cresceu 16% em 2017) e na construção, sendo esta a melhor taxa dos últimos cinco anos. O consumo público, em linha com os ajustamentos do défice, apresentou um aumento de 0,1%. Quanto ao défice acumulado, verificou-se uma diminuição de seis décimas face ao ano anterior, fixando-se em 1,4% do PIB, o que permitiu cumprir o objetivo estabelecido pelo governo de 1,5%.

A procura externa líquida, no conjunto do ano, teve um contributo negativo (-0,2 pontos percentuais), contribuindo negativamente para o crescimento da economia portuguesa. Em 2017, as importações e exportações cresceram a um ritmo de 7,9%, com a entrada de turistas a crescer 8,6% face a 2016.

O mercado de trabalho registou uma evolução muito positiva já que a taxa de desemprego foi de 8,1%, o que representa o valor mais baixo dos últimos treze anos. Também o emprego cresceu 3,3% em comparação com 2016. Os sectores que mais contribuíram para esta evolução terão sido o sector serviços e indústria, energia e água. A evolução favorável destes indicadores teve um impacto mais acentuado nas áreas de operação do INESC TEC, traduzindo-se em dificuldades acrescidas de recrutamento e de retenção de recursos humanos mais qualificados.

Relativamente à economia europeia, esta cresceu 2,5% no conjunto de 2017, com uma ligeira desaceleração no último trimestre do ano.

Apesar dos sinais francamente positivos do processo de recuperação da economia, a Administração do INESC TEC continua a apostar numa gestão rigorosa e num acompanhamento permanente da evolução económico-financeira da instituição.

3.2 Análise do desempenho operacional

Em 2017, o volume de atividade total (Vendas e Serviços Prestados, Programas Europeus e Programas Nacionais) atingiu o montante de € 16.054.240, representando um aumento de 16% face ao ano anterior (€ 2.242.993). Este resultado deve-se sobretudo ao aumento dos rendimentos relativos a subsídios de exploração nacionais, mas também ao aumento da atividade direta com as empresas (€ 323.696). Os subsídios à exploração provenientes de projetos europeus apresentam uma redução de 22% (€ 1.111.462)

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultado Operacional + Depreciações + Provisões e Imparidades líquidas - Subsídio ao Investimento) totalizou € 304.412, tendo aumentado 40% relativamente a 2016

¹ Fonte: INE

(€ 86.582), apesar do aumento das imparidades, quer de clientes, quer de projetos financiados, no valor total de € 267.676, uma vez que as depreciações mantêm-se muito próximas das registadas no ano anterior. O Resultado Operacional ascende a € 58.039, significando que os rendimentos resultantes unicamente da atividade principal foram suficientes para fazer face aos gastos necessários para operar essa mesma atividade.

O Resultado Financeiro negativo (-€ 32.451) deve-se, por um lado, aos encargos com os juros da dívida bancária (40%) e por outro, aos encargos com serviços bancários (57%). Cerca de 5% destes custos correspondem ainda a diferenças de câmbio. O custo do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totalizou € 13.066.

O Resultado Líquido do período, que iguala o Resultado antes de Impostos, fruto da isenção de IRC atribuída, é positivo no montante de € 25.588, em linha com o resultado do ano anterior.

O total dos Gastos (Quadro 4 e Figura 4) ascende a € 16.081.925, sendo as suas componentes de maior dimensão os Gastos com Pessoal (59%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (33%).

Quadro 4 - Principais componentes da Estrutura de Gastos

Rubrica de Gastos	Valor (€)		(€ / %)	
	2016	2017	2016-17	
Fornecimentos e Serviços Externos	4.877.455	5.260.347	382.892	8%
Gastos com Pessoal	7.917.806	9.407.426	1.489.620	19%
Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades líquidas	749.049	873.608	124.559	17%
Outros Gastos e Perdas	337.053	501.229	164.176	49%
Gastos e Perdas de Financiamento	39.566	39 315	-251	-1%
Total Gastos	13.920.928	16.081. 925	2.160.997	16%

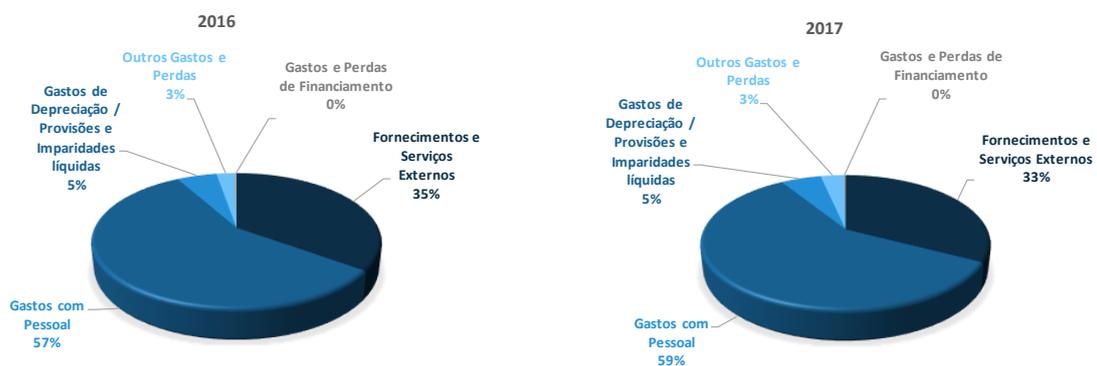


Figura 4 - Estrutura de Gastos

Nos Gastos com Pessoal estão contabilizados os encargos com Bolsas (incluindo os encargos sociais), que em 2017 ascenderam a € 4.166.964, correspondendo a 44% desta rubrica. Os gastos com Viagens ascendem a € 1.148.509; com Comunicações a € 61.824; com Seguros a € 212.291 e com Rendas e Alugueres a € 214.608. Os Honorários ascendem a € 660.528, dos quais 66% (€ 437.565) dizem respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Gastos e Perdas, 67% (€ 335.919) são encargos com Reuniões e Conferências, 12% dizem respeito a encargos com Quotizações (€ 59.861) e 10% são referentes à perda financeira relativa ao encerramento, por dissolução, da participada Kinematix (€ 51.713).

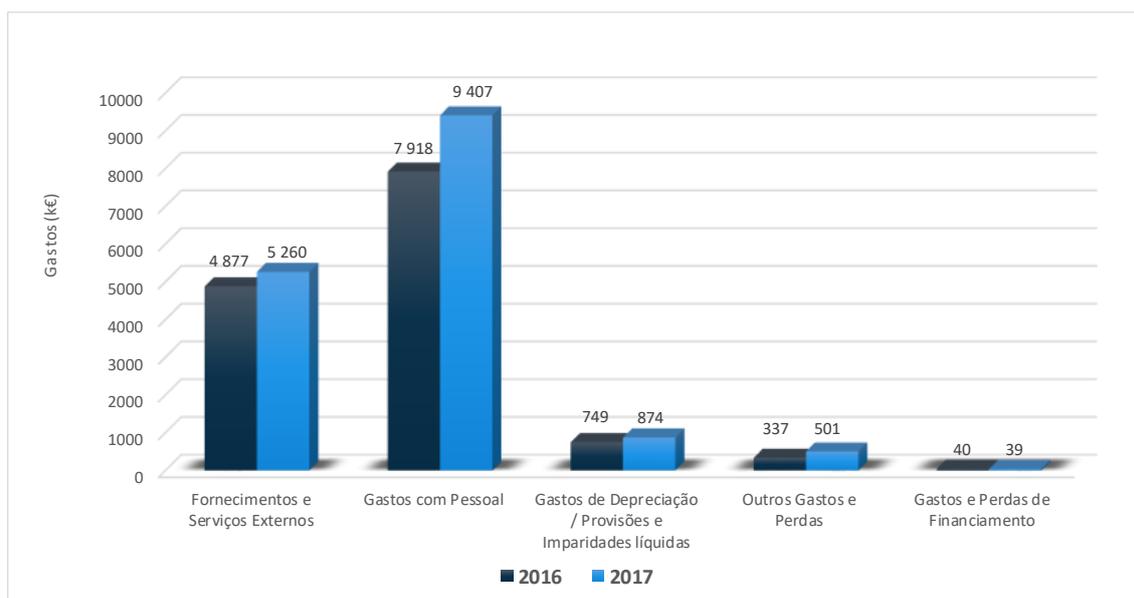


Figura 5 - Comparação Gastos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Gastos Totais de 16% (€ 2.160.997).

A rubrica de Gastos com Pessoal foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este acréscimo, com um aumento de 19% (€ 1.489.620), resultante sobretudo dos encargos com Bolsas (€ 1.035.224), mas também do aumento de € 454.396 dos encargos com Contratados.

Note-se que o total de encargos com mão-de-obra (contratados, bolseiros, docentes, prestadores de serviços) aumentou 16% face ao ano anterior (€ 1.506.986), essencialmente em resultado do aumento dos gastos com pessoal contratado e bolseiros (€ 1.489.620). Os gastos com as remunerações do pessoal contratado e dos bolseiros representaram, em 2017, 59% do volume de atividade (Vendas e Serviços Prestados + Programas Europeus + Programas Nacionais) da instituição, observando-se um aumento de dois pontos percentuais face ao período homólogo. Se se acrescentarem a estes encargos os relativos às remunerações complementares de docentes e os honorários, os gastos com remunerações ascenderiam a € 10.978.663, com um peso nos gastos totais e nos rendimentos operacionais da instituição de 68%.

Os encargos com fornecimentos e serviços também aumentam 8% (€ 382.892), maioritariamente devido ao aumento dos gastos com Viagens (€ 229.069) e com Serviços Especializados (€ 146.013), que inclui a contabilização de € 108.326 referente a contribuições financeiras à FEUP relativas à imputação de

docentes em projetos europeus. Por outro lado, verificou-se uma redução dos encargos com materiais (€ 42.962) e com Energia e Flúidos (€ 14.488).

Os Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades Líquidas das respetivas reversões aumentaram € 124.559, resultante essencialmente do aumento líquido de imparidades de € 122.269. Foram registadas imparidades de € 334.635, que incluem € 297.230 relativas aos proveitos registados no passado resultantes da participação de docentes da FEUP em projetos QREN. As reversões de imparidades ascenderam a € 197.288, destacando-se € 150.000 relativos ao cliente Elevo e € 27.748 correspondentes a *earn-outs* relativos à alienação da participação na Fibersensing.

O total dos Rendimentos (Quadro 5 e Figura 6) ascende a € 16.107.514, sendo a maior fatia relativa a programas nacionais, com um peso de 55% na estrutura de rendimentos da instituição. É nesta rubrica que estão contabilizados os subsídios, quer à exploração, quer ao investimento, diretos de entidades nacionais (FCT, PORTUGAL 2020, NORTE2020), aumentando a sua proporção em treze pontos percentuais face ao último exercício.

Os rendimentos relativos a programas de financiamento da Comissão Europeia, registados em Programas Europeus, representam 25% do total, reduzindo doze pontos percentuais o seu contributo para a atividade da instituição face ao período homólogo.

A atividade de prestação de serviços com empresas mantém a sua quota relativamente ao período homólogo, representando 20% dos rendimentos da instituição.

A redução que se verifica no peso dos outros rendimentos e ganhos está relacionada com o menor volume de rendimentos relativos, por exemplo, com a organização de conferências e outras atividades secundárias, que em 2016 foi bastante superior.

Quadro 5 - Principais componentes da Estrutura de Rendimentos

Origem Rendimento		Valor (k€)		Δ (k€ / %)	
		2016	2017	2016-17	
Programas Nacionais	Subsídios à Exploração	5.310.040	8.310.437	3.000.397	57%
	Subsídios ao Investimento	561.706	559.509	-2.197	0%
Programas Europeus	Subsídios à Exploração	5.074.296	3.962.834	-1.111.462	-22%
	Subsídios ao Investimento	35.169	67.726	32.557	93%
Vendas e Serviços Prestados		2.830.037	3.153.733	323.696	11%
Outros Rendimentos e Ganhos		135.770	46.409	-89.361	-66%
Rendimentos Financeiros		284	6.864	6.580	
Total Rendimentos		13.947.302	16.107.514	2.160.212	15%

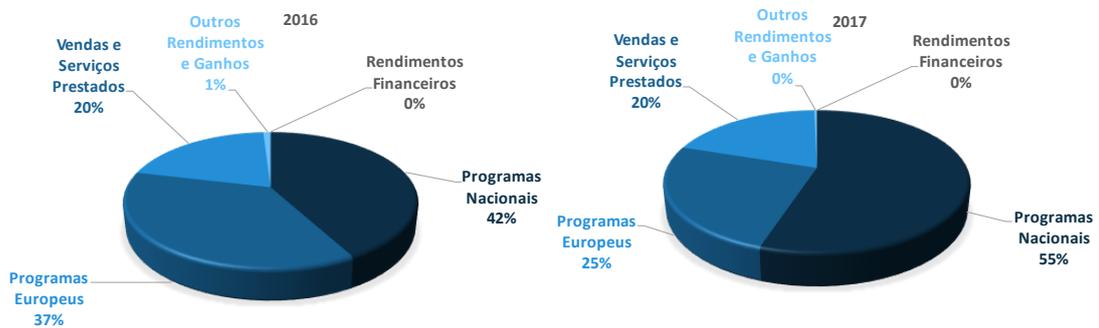


Figura 6 - Estrutura de Rendimentos

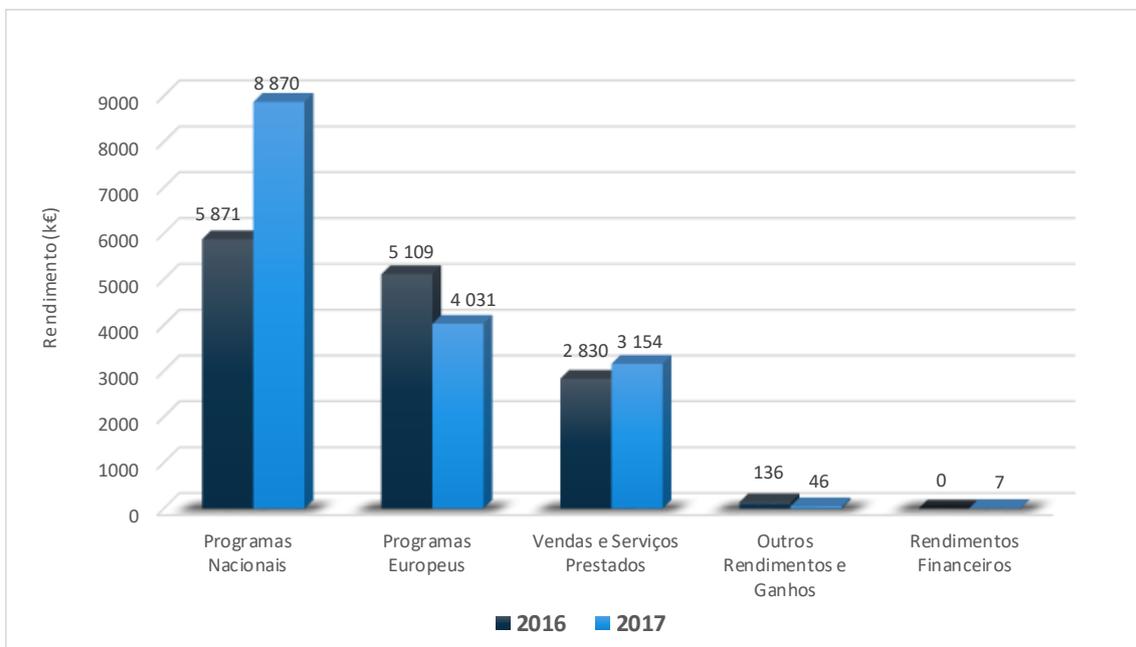


Figura 7 - Comparação de Rendimentos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Rendimentos Totais de 15% (€ 2.160.212). A rubrica de Programas Nacionais foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este acréscimo, com um aumento de 51% (€ 2.998.201). Os programas integrados do Norte 2020 registaram um aumento de mais de um milhão de euros face a 2016, tal como o financiamento plurianual que aumentou € 388.000. Os projetos em cooperação com empresas, bem como os projetos de I&DT da FCT, também registaram uma evolução positiva fruto da aprovação de diversos projetos.

Por outro lado, verifica-se uma redução de 22% nos rendimentos de Programas Europeus (€ 1.078.904), em resultado da conclusão de catorze projetos FP7 (7th Framework Programme), alguns de grande dimensão.

Em 2017 conseguiu-se incrementar a atividade direta com empresas, via prestação de serviços, quer a nível nacional, quer internacional, verificando-se um aumento de 11% ou € 323.696.

3.3 Análise financeira

A análise que a seguir se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2017 (Quadro 6).

A dívida líquida da instituição, que regista valores negativos já desde 2013, decresceu para -€ 1.576.060.

Uma vez que, no decorrer do ano 2017 foi efetuada a liquidação dos empréstimos bancários obtidos, quer de curto prazo - empréstimos bancários relativos à utilização de contas caucionadas para apoio das necessidades de tesouraria - quer um de médio e longo prazo, constituído em 2012, a 31 de dezembro a dívida total era nula. Por outro lado, as disponibilidades financeiras diminuíram significativamente (€ 1.983.068), pelo facto de terem, entretanto, sido transferidas para os parceiros as verbas relativas a um projeto europeu do qual somos coordenadores.

Assim, em 31 de dezembro de 2017, a Dívida Líquida da instituição apresentava a estrutura apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura da Dívida (€)

Estrutura da Dívida	Saldo		Δ (€ / %)	
	2016	2017	2016-17	
Empréstimos Bancários	200 000		-200 000	-100%
Outros Empréstimos Obtidos				
Passivo remunerado	200 000	0	-200 000	-100%
Disponibilidades	3 559 128	1 576 060	-1 983 068	-56%
Dívida Líquida	-3 359 128	-1 576 060	1 783 068	-53%

No Quadro 7 estão representados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 7 – Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2013	2014	2015	2016	2017
Liquidez geral	3,43	3,08	2,20	3,21	3,04
Autonomia Financeira	0,38	0,44	0,45	0,33	0,37
Investimento (€)	411.105	556.727	918.933	362.687	568.320
Meios Libertos (€)	336.326	431.157	711.976	178.548	271.961

O rácio de Liquidez Geral diminuiu dezassete pontos percentuais relativamente a 2016, fruto essencialmente da redução significativa das disponibilidades bancárias, relacionado com o recebimento do referido projeto europeu em 2016, evidenciando a manutenção do equilíbrio financeiro que vem

sendo conseguido nos últimos anos e demonstrando que os passivos de curto prazo estão totalmente cobertos por ativos que permitem fazer face às responsabilidades de curto prazo.

A Autonomia Financeira, que mede a proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, aumentou ligeiramente, fruto da redução do ativo, resultante da diminuição das disponibilidades financeiras, atrás referida. Este rácio de autonomia, demonstrador de estabilidade financeira da instituição, tem um valor adequado aquando da análise dos rácios financeiros no contexto da avaliação de candidaturas a projetos e a concursos públicos.

O investimento realizado em 2017 aumentou € 205.633 face ao ano anterior. Este aumento do investimento deve-se sobretudo ao início dos projetos de infraestruturas tecnológicas, que se iniciaram no 2º semestre de 2017, e que preveem grandes volumes de investimento.

O Resultado Líquido mantém-se sensivelmente idêntico ao de 2016, e os Meios Libertos Líquidos registaram um aumento de 52% (€ 93.413), permitindo ainda assim gerar os excedentes necessários ao autofinanciamento exigido por muitos projetos em que a instituição participou.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Em fevereiro de 2018, foi submetida a candidatura à avaliação de Unidades de I&D 2017/2018. Do resultado deste exercício dependerá a continuidade, a partir de 2019 do respetivo financiamento plurianual.

Em março de 2018, foi submetida a candidatura ao Concurso Estímulo ao Emprego Científico – Institucional da FCT, no âmbito das políticas de emprego e recrutamento de recursos humanos qualificados. Também em março, o INESC TEC apoiou 56 candidaturas no Concurso Estímulo ao Emprego Científico – Individual. O resultado destes concursos poderá apoiar o recrutamento de mão-de-obra qualificada para projetos de investigação e transferência de tecnologia, mas simultaneamente aumenta a responsabilidade institucional, uma vez que pode implicar um aumento significativo do número de investigadores com contratos de trabalho nos quadros do INESC TEC.

Em abril de 2018, a FCT iniciou, finalmente, a comunicação dos resultados das candidaturas submetidas em maio de 2017 ao concurso de Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos 2017. Até ao momento foram aprovados 20 projetos liderados pelo INESC TEC e 10 projetos com a participação do INESC TEC, devendo os mesmos iniciar-se no segundo semestre de 2018. Estes projetos vêm reforçar a componente de financiamento à investigação de TRLs mais baixos, estando previstos, ao longo dos três anos de duração, 23 novos contratos de trabalho e 57 contratos de Bolsa.

A participação do INESC TEC nos, recentemente aprovados, Laboratórios Colaborativos (CoLAB), nomeadamente no ForestWISE - Collaborative Laboratory for Integrated Forest & Fire Wise Management, cuja candidatura o INESC TEC liderou, e no Vines & Wines, liderado pela ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, irá abrir novas oportunidades nestes domínios.



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos no valor de € 25.588 transitem para a Conta de Resultados Transitados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

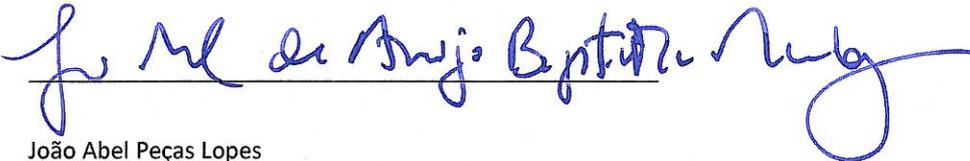
No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho da instituição:

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC TEC.

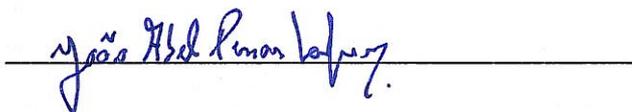
Porto, 09 de maio de 2018

A Administração

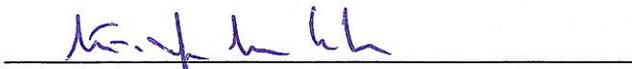
José Manuel de Araújo Baptista Mendonça



João Abel Peças Lopes



Mário Jorge Moreira Leitão



Vladimiro Henrique Barrosa Pinto Miranda



Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo

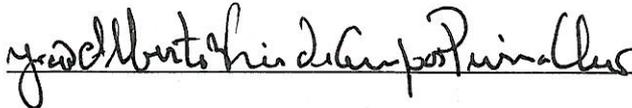




Gabriel de Sousa Torcato David



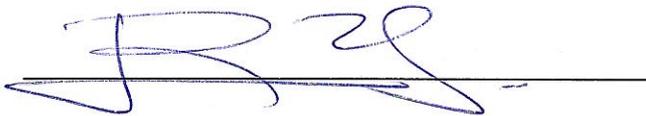
João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro



Luís Filipe Maia Carneiro



Rui Carlos Mendes de Oliveira





Anexo

Indicadores Financeiros	Fórmula de Cálculo
Liquidez geral	$(\text{Ativo Corrente} - \text{Diferimentos}) / (\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos})$
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade + Resultados Líquidos – Subsídio Invest.

BALANÇO

ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO	NOTAS	DATAS	
		31.12.2017	31.12.2016
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	2.690.357	2.851.861
Ativos intangíveis	6	42.082	45.588
Investimentos financeiros	8	65.806	94.213
Subtotal		2.798.245	2.991.664
ATIVO CORRENTE			
Créditos a receber	8, 9 e 18	1.579.738	1.266.501
Estado e outros entes públicos	8 e 21	413.293	273.645
Fundadores/associados	8 e 18	60.645	60.645
Outros ativos correntes	5 e 8	5.574.315	4.854.972
Diferimentos	5	54.517	52.247
Caixa e depósitos bancários	4 e 8	1.576.060	3.559.128
Subtotal		9.258.567	10.067.138
Total do ativo		12.056.812	13.058.802
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	1.515.000	1.515.000
Resultados transitados		171.373	145.000
Ajustamentos patrimoniais - Subsídio ao investimento	19	2.781.930	2.612.496
Outras variações nos fundos patrimoniais		6.990	6.990
Subtotal		4.475.293	4.279.486
Resultado líquido do período		25.588	26.373
Total dos fundos patrimoniais		4.500.881	4.305.859
Passivo			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	146.285	146.285
Fundadores/associados	18		625
Financiamentos obtidos	8 e 12		100.000
Subtotal		146.285	246.910
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	8, 13 e 18	789.220	824.571
Estado e outros entes públicos	8 e 21	187.424	197.749
Financiamentos obtidos	8 e 12		100.000
Diferimentos	5	4.383.360	5.358.146
Outros passivos correntes	5 e 8	2.049.642	2.025.566
Subtotal		7.409.646	8.506.032
Total do passivo		7.555.931	8.752.942
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12.056.812	13.058.802

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	NOTAS	DATAS	
		31.12.2017	31.12.2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	19	3.153.733	2.830.037
Subsídios, doações e legados à exploração	19	12.273.271	10.384.336
Fornecimentos e serviços externos	14	(5.260.347)	(4.877.455)
Gastos com o pessoal	15	(9.407.426)	(7.917.806)
Imparidade de dívidas a receber, investimentos financeiros e projetos financiados (perdas/reversões)	5 e 9	(137.347)	(15.077)
Provisões (aumentos/reduções)	11	-	8.571
Outros rendimentos	19	673.645	732.645
Outros gastos	20	(501.229)	(337.053)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		794.300	808.197
<hr/>			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(736.262)	(742.542)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58.039	65.655
<hr/>			
Juros e rendimentos similares obtidos	16	6.864	284
Juros e gastos similares suportados	16	(39.315)	(39.566)
Resultado antes de impostos		25.588	26.373
<hr/>			
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		25.588	26.373

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Valores em Euros

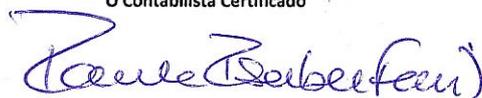
	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2016	1 10	1.515.000	116.527	6.990	2.663.939	4.302.456	28.472	4.330.928
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2015			28.472			28.472	(28.472)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				(51.442)	(51.442)		(51.442)
	2	-	28.472	-	(51.442)	(22.970)	(28.472)	(51.442)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						26.373	26.373
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	28.472		(51.442)	(22.970)	(2.099)	(25.069)
POSIÇÃO NO FIM DE 2016		1.515.000	145.000	6.990	2.612.497	4.279.486	26.373	4.305.860

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Valores em Euros

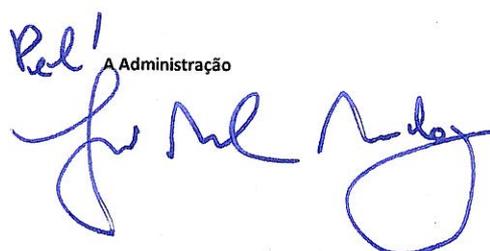
	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	1 10	1.515.000	145.000	6.990	2.612.497	4.279.486	26.373	4.305.860
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2016			26.373			26.373	(26.373)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				169.434	169.434		169.434
	2	-	26.373	-	169.434	195.807	(26.373)	169.433
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						25.588	25.588
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	26.373		169.434	195.807	(785)	195.021
POSIÇÃO NO FIM DE 2017		1.515.000	171.373	6.990	2.781.931	4.475.293	25.588	4.500.881

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

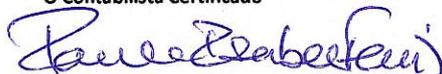
ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

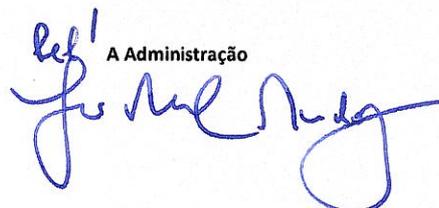
	NOTAS	DATAS	
		31.12.2017	31.12.2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		13.792.098	16.675.362
Pagamentos a fornecedores		(5.003.935)	(4.308.946)
Pagamentos ao pessoal		(10.702.301)	(8.811.419)
Caixa gerada pelas operações		(1.914.138)	3.554.998
Pagamento/recebimento do imposto		-	4.358
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1.914.138)	3.559.357
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(577.645)	(1.023.185)
Investimentos financeiros		(27.564)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Aplicações financeiras		28.071	-
Outros ativos		1.880	-
Subsídio ao investimento		750.245	189.062
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		174.987	(834.122)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(200.000)	(100.000)
Juros e gastos similares		(34.006)	(38.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(234.006)	(138.756)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.973.157)	2.586.479
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.549.217	972.649
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.576.060	3.549.217

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração



Anexo às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

1. Identificação da entidade

O INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, com NIF 504 441 361 e património associativo de 1.515.000 Euros, que tem como atividade principal a Investigação e Desenvolvimento.

Breve histórico

O INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto” ou “INESC Porto”) é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, que tem como atividade a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a transferência e integração de conhecimento, tendo como base as tecnologias de informação, telecomunicações e eletrónica. O INESC Porto foi constituído em 18 de dezembro de 1998 pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (“INESC”) em resultado de decisão tomada na Assembleia Geral do INESC em 7 de maio de 1998.

Com efeitos a partir de 13 de abril de 1999, o INESC transferiu para o INESC Porto a atividade desenvolvida pelo “Pólo do Porto”, a qual consiste na atual atividade do INESC Porto. Esta transferência foi concretizada sob a forma de um trespasse de estabelecimento.

No exercício de 1999, o INESC cedeu cinquenta unidades de participação do INESC Porto à Universidade do Porto, através de um protocolo assinado entre estas três entidades.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (“FEUP”) entrou como associada, através de um protocolo de cedência de créditos entre o INESC, a FEUP e o INESC Porto. Em 1 de março de 2002, por despacho do Ministro da Ciência e da Tecnologia foi atribuído o estatuto de Laboratório Associado.

Em 21 e 22 de junho de 2006, o Conselho Geral do INESC Porto deliberou o aumento do património associativo para 1.250.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes e por entrada de novos associados, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto.

A partir de 2011, por proposta do INESC Porto como instituição coordenadora do LA, a FCT aceitou a alteração da designação do Laboratório Associado para INESC TEC (INESC Tecnologia e Ciência), passando assim a incluir sete Unidades Nucleares (acolhidas na instituição INESC Porto) e cinco Unidades Associadas reconhecidas pela FCT.

Em 21 de dezembro de 2012 foi deliberado em Assembleia Geral o aumento do património associativo para 1.515.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes. O aumento efetivou-se no final de 2013.

Em 2015, por escritura pública celebrada em 28 de maio, são alterados os Estatutos do INESC TEC, com alteração do nome e composição da administração. Com a alteração do nome passa a adotar-se, INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, e a composição da administração passa a ser composto por um número mínimo de cinco e máximo de nove membros, conforme deliberado pelo Conselho Geral, sendo estes escolhidos de entre investigadores e gestores profissionais afetos à instituição.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Instituto adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A transição deu-se a 1 de janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação comparativa. O Instituto preparou o seu balanço de abertura a essa data de acordo com a NCRF 3 e considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes.

Em 1 de janeiro de 2012, o INESC Porto passou a adotar o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo que faz parte integrante do sistema de normalização contabilístico (SNC). Este novo regime reforça as exigências de transparência no que respeita às atividades desenvolvidas pelas entidades e aos recursos empregues, pelo que se verificaram alterações na forma de divulgar e apresentar os factos patrimoniais.

3. Principais Políticas Contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do INESC TEC, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do INESC TEC operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o INESC TEC dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente o custo dos direitos de propriedade intelectual e o direito de superfície e encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

c) Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2015, encontram-se valorizados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado ser entendimento da Administração que essas taxas correspondem às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis.

A partir de janeiro de 2016, procedeu-se a alteração do método de depreciação, para os bens do ativo fixo tangível:

- Para os todos os bens adquiridos nos centros de custos da estrutura do INESC TEC considera-se o método de depreciação definido no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, (com as alterações introduzidas pela Lei 64B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril);
- Para todos os bens adquiridos cujo valor unitário seja inferior a 1.000€ foi considerada uma vida útil igual a 12 meses (de acordo com o art.º 19 do Decreto-Regulamentar 25/2009), sem prejuízo dos pontos seguintes;
- Para os bens adquiridos especificamente no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento do INESC TEC, tendo em conta a sua utilização intensiva, a perda de valor por obsolescência e sempre que não esteja prevista a sua utilidade após o final do projeto, considera-se que a vida útil desse bem se esgota até ao final do projeto respetivo;

- Ainda no caso de bens adquiridos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, sempre que comprovadamente se verifique que o bem tem utilidade futura após o final do projeto (NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis - paragrafo 7. (a): “futuros benefícios económicos associados”) considera-se que a vida útil desse bem tem uma duração superior à duração do projeto, sendo esta definida de acordo com a melhor estimativa à data de aquisição do bem (neste caso será necessária uma fundamentação escrita e devidamente validada, a anexar à respetiva ficha de património);
- Todos os bens passarão a ser amortizados de acordo com um duodécimo mensal a partir da data em que os mesmos estejam disponíveis para uso, i.e., quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do INESC TEC com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

d) Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2017, o INESC TEC, não detém participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, não detendo uma percentagem de detenção superior a 20%, assumido posição de controlo ou influência significativa em qualquer entidade.

As participações financeiras detidas são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, situação aplicável aos investimentos financeiros detidos a 31 de dezembro de 2017.

e) Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.

f) Especialização de exercícios

O INESC Tec regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

g) Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis recebidos para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados em outras variações nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis a que respeitem.

h) Contabilização de subsídios à exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e as comparticipações da Comissão Europeia no âmbito da execução dos projetos europeus são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo (diferimentos) os adiantamentos e no ativo (outras contas a receber e a pagar) os montantes a receber.

Os rendimentos relativos a subsídios à exploração são reconhecidos apenas após a assinatura do contrato de incentivo ou de homologação do valor do incentivo pelas entidades financiadoras. Adicionalmente, o Instituto apenas reconhece como rendimento o montante estimado para o recebimento total do subsídio, calculado com base nas estimativas do nível de cumprimento das condições contratuais em função do qual o total do subsídio poderá variar.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Créditos a receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica “Financiamentos obtidos”.

i) Provisões

As provisões são registadas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

j) Imposto

Em 16 de agosto de 2006, por despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública e publicação em Diário da República a 27 de setembro de 2006, foi reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas a aplicar-se a partir de 19 de junho de 2001, data em que o despacho do Primeiro-Ministro, de reconhecimento de pessoa coletiva de utilidade pública, foi publicado. Desta forma não se procedeu a estimativa de IRC no exercício de 2017 e 2016.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Administração do INESC TEC entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de Caixa

Caixa e depósitos bancários apresentam o saldo seguinte a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Rubricas	2017	2016
Caixa	-	2
Depósitos Bancários		
<i>Depósitos à Ordem</i>	1 576 060	1 049 215
<i>Depósitos a Prazo</i>	-	2 500 000
Outros Ativos Financeiros	-	9 911
Total	1 576 060	3 559 128

A rubrica “Depósitos Bancários – Depósitos à Ordem” apresenta um saldo 1.576.060 Euros e Depósitos Bancários – Depósitos a Prazo” apresenta um saldo de 0 Euros. Este saldo é justificado pela transferência aos parceiros dos projetos europeus.

Na rubrica “Outros Ativos Financeiros” constam 9.911 Euros relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho constituído em novembro de 2013, que foram transferidos para a rubrica “Investimentos Financeiros” (ver nota 8).

5. Estimativas contabilísticas

As estimativas contabilísticas a 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS		
Rubricas	2017	2016
Gastos a reconhecer	54 517	52 247
Rendimentos a reconhecer	(4 383 360)	(5 358 146)
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	(4 031 684)	(5 068 548)
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	(347 758)	(253 190)
<i>Estimativas Diversas</i>	(3 918)	(36 408)

A rubrica “Diferimentos – Estimativa de Subsídios à exploração”, com o saldo de 4.031.684 Euros refere-se aos montantes adiantados pela Comissão Europeia e por entidades Públicas Nacionais relativas a projetos em execução.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES		
Rubricas	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	4 536 349	3 836 696
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	4 162 981	3 566 262
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	373 368	270 434
Outros devedores	1 037 966	1 018 276
IVA a regularizar	7 570	7 446
Outras contas a receber de Subsídio ao Investimento	994 206	957 885
Adiantamentos Pessoal/ Complemento bolsa	21 013	20 646
Seguros	-	19 032
Cauções	5 610	5 610
Cartões Crédito	1 577	-
Diversos	7 990	7 657
Total	5 574 315	4 854 972
Credores por acréscimos de gastos	(1 998 157)	(1 976 306)
<i>Estimativas Gastos com Pessoal</i>	(1 975 677)	(1 943 760)
<i>Estimativas Fornecimentos e Serviços Externos</i>	(22 480)	(32 546)
Outros credores	(51 485)	(49 260)
Universidade do Porto	(12 290)	(13 290)
Perdas por Imparidade - Projetos Financiados	(35 970)	(35 970)
Seguros	(3 022)	-
Diversos	(203)	-
Total	(2 049 642)	(2 025 566)

A rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos - Estimativa de Subsídios à exploração”, com o saldo de 4.162.981 Euros, refere-se aos montantes a receber da Comissão Europeia e de entidades Públicas Nacionais relativas a projetos em execução.

As contas a receber de subsídio ao investimento ascendem a 994.206 Euros e referem-se a um conjunto de ativos fixos tangíveis cujo rendimento proporcional à respetiva depreciação foi considerado nas contas e aguarda o seu recebimento.

6. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo intangível” constantes do balanço e nas respetivas amortizações, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS		
	Outros ativos intangíveis - direito de superfície	Total
Saldo inicial	70 136	70 136
Aumentos	-	-
Saldo final	70 136	70 136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	21 041	21 041
Aumentos	3 507	3 507
Saldo final	24 548	24 548
Valor líquido a 31.12.2016	45 588	45 588
Saldo inicial	70 136	70 136
Aumentos	-	-
Saldo final	70 136	70 136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	24 548	24 548
Aumentos	3 506	3 506
Saldo final	28 054	28 054
Valor líquido a 31.12.2017	42 082	42 082

Durante o exercício de 2010, o INESC TEC adquiriu o direito de superfície cedido pela Universidade do Porto para a construção do Edifício – Infraestrutura tecnológica para a energia sustentável, cuja construção iniciou em agosto de 2011. A depreciação é feita de acordo com o período do direito de superfície, ou seja, um total de 20 anos.

7. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo fixo tangível” e nas respetivas depreciações, constantes do balanço, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial	2 049 390	6 446 237	66 438	342 397	72 398	8 976 860
Aumentos	-	578 752	915	65 453	1 069	646 190
Abates	-	283 195	-	308	-	283 503
Saldo final	2 049 390	6 741 794	67 353	407 542	73 467	9 339 546
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	164 378	5 424 516	63 642	313 408	66 209	6 032 153
Aumentos	40 988	626 664	2 313	64 823	4 247	739 035
Abates	-	283 195	-	308	-	283 503
Saldo final	205 366	5 767 985	65 955	377 923	70 456	6 487 685
Valor líquido a 31.12.2016	1 844 024	973 809	1 398	29 619	3 011	2 851 861

Saldo inicial	2 049 390	6 741 794	67 353	407 542	73 467	9 339 546
Aumentos	39 835	488 593	-	43 784	-	572 212
Abates	-	3 892	-	-	-	3 892
Saldo final	2 089 225	7 226 495	67 353	451 326	73 467	9 907 866
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	205 366	5 767 985	65 955	377 923	70 456	6 487 685
Aumentos	41 785	658 232	1 398	29 571	1 769	732 755
Abates	-	2 931	-	-	-	2 931
Saldo final	247 151	6 423 286	67 353	407 494	72 225	7 217 509
Valor líquido a 31.12.2017	1 842 075	803 209	0	43 832	1 242	2 690 358

O maior valor registado no ativo fixos tangível refere-se ao edifício construído no ano 2012, cujo valor de aquisição foi basicamente financiado com subsídio ao investimento. No exercício de 2017 as aquisições de ativo fixo tangível ascendem a 572.212 Euros e foi feito um abate de equipamento básico no valor de 3.892 Euros. O valor das amortizações do ano ascende a 732.755 Euros.

8. Participações financeiras

A rubrica “Participações financeiras” apresenta o seguinte detalhe:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS
Investimentos noutras empresas - Participações em sociedades comerciais

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2017)	Valor da participação (31.12.2016)
LTPLABS, Lda.	10 000	10 000
Prewind, Lda.	1 875	1 875
Kinematix Sense S.A.	-	51 713
	11 875	63 588

O Conselho de Administração considera que, a 31 de dezembro de 2017, não existem indícios de imparidade relativamente aos investimentos financeiros detidos pelo INESC TEC.

Em 2017 foi aprovada, por deliberação unânime dos acionistas da sociedade Kinematix Sense, S.A., a dissolução na modalidade de partilha imediata nos termos do artigo 147º do Código das Sociedades Comerciais, no valor de 51.713 Euros.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos noutras empresas - Participações em associações/Fundações

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2017)	Valor da participação (31.12.2016)
Agência de Energia do Porto	625	625
Fundação AEP	25 000	25 000
Produtech - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável	5 000	5 000
	30 625	30 625

Apesar da ADE Porto, Fundação AEP e Produtech não serem sociedades comerciais, entendeu-se registar na conta investimentos financeiros, dada a importância destas participações para o INESC TEC como associado fundador, existindo a perspetiva que as parcerias com estas entidades geram benefícios económicos futuros superiores ao valor da participação.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nome da empresa	Valor do fundo (31.12.2017)	Valor do Fundo (31.12.2016)
Fundo de Compensação para o Trabalho	23 306	-
	23 306	-

Na rubrica “Investimentos Financeiros” constam 23.306 Euros relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho que comparam com o valor 9.911 Euros transferido da rubrica “Outros Ativos Financeiros” (ver nota 4).

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2017			31.12.2016			Variação
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	
ATIVOS FINANCEIROS							
Créditos a receber	2 022 236	442 498	1 579 738	1 841 135	574 634	1 266 501	313 236
Estado e outros entes públicos	413 293	-	413 293	273 645	-	273 645	139 648
Associados	60 645	-	60 645	60 645	-	60 645	-
Outros ativos correntes	5 574 315	-	5 574 315	4 854 972	-	4 854 972	719 343
Caixa e depósitos bancários	1 576 060	-	1 576 060	3 559 128	-	3 559 128	(1 983 068)
Total	9 646 548	442 498	9 204 050	10 589 525	574 634	10 014 891	(810 841)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Fornecedores	789 220	-	789 220	824 571	-	824 571	(35 351)
Estado e outros entes públicos	187 424	-	187 424	197 749	-	197 749	(10 325)
Financiamentos obtidos	-	-	-	200 000	-	200 000	(200 000)
Outros passivos correntes	2 049 642	-	2 049 642	2 025 566	-	2 025 566	24 076
Total	3 026 286	-	3 026 286	3 247 886	-	3 247 886	(221 600)

Algumas das rubricas gerais de “Ativos e Passivos Financeiros” apresentam variações consideráveis face ao ano anterior.

Em termos de Ativos Financeiros, a sua diminuição durante o exercício, é fundamentalmente justificado pela evolução da rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, que regista uma redução de 1.983.068 Euros devido, sobretudo, ao pagamento aos parceiros de um projeto europeu, do qual somos líderes do consórcio. A rubrica de “Clientes” regista um aumento em linha com a prestação de serviços.

Quanto aos Passivos Financeiros, verifica-se uma diminuição de 200.000 Euros na rubrica “Financiamentos Obtidos” devido à liquidação antecipada de um financiamento de Médio e Longo Prazo (ver nota 12).

9. Créditos a receber

A rubrica “créditos a receber” apresenta o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

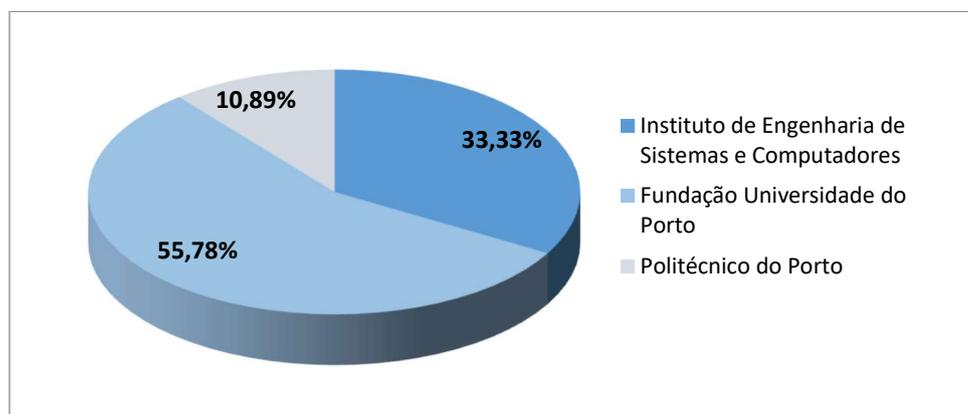
Créditos a receber			
Rubricas	2017	2016	Variação
Clientes conta corrente	2 022 236	1 841 135	181 101
Imparidade dívidas a receber	(442 498)	(574 634)	132 135
Total	1 579 738	1 266 501	313 237

A rubrica “Clientes conta corrente” viu o seu valor aumentar para o valor de 2.022.236 Euros. O valor respeitante a “Imparidade de dívidas a receber” sofreu uma redução de 132.135 Euros, cifrando-se em 442.498 Euros pela recuperação de dívidas antigas.

As imparidades registadas referem-se a um conjunto de dívidas de clientes em mora há mais de 6 meses, deduzidas da recuperação de alguns valores relativos a faturas de anos anteriores.

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o património associativo tinha a seguinte composição, em valor subscrito e percentagem:



No exercício de 2017 o património associativo ascende a 1.515.000 Euros.

CAPITAL - PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

Nome do Associado	Valor subscrito	Realizado	%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	505 000	505 000	33,33%
Fundação Universidade do Porto	845 000	845 000	55,78%
Politécnico do Porto	165 000	165 000	10,89%
	1 515 000	1 515 000	100%

11. Provisões

A rubrica “Provisões” apresenta o seguinte movimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

PROVISÕES			
Rubricas		2017	2016
	Saldo inicial	146 285	205 150
Provisões p/ outros riscos		-	(58 865)
	Saldo final	146 285	146 285

Em 2016, a diminuição desta rubrica contemplou maioritariamente o pagamento de parte do valor da provisão constituída para os cortes da Fundação para a Ciência e Tecnologia no financiamento dos ordenados dos investigadores ao abrigo do Ciência 2008 relativos ao período 2011-2013. Não foi constituída qualquer provisão para outros riscos e encargos no ano 2017.

12. Financiamentos bancários obtidos

Apresenta-se o saldo dos financiamentos bancários a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		
Banco	2017	2016
Médio/Longo Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	-	100 000
Curto Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	-	100 000
Total	-	200 000

No decorrer do ano 2017 foi efetuada a liquidação antecipada de um financiamento de Médio e Longo Prazo de 500.000 euros, constituído em 2012.

13. Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

FORNECEDORES		
Rubricas	2017	2016
Fornecedores conta corrente	599 969	662 370
Fornecedores de investimento	189 251	162 201
Total	789 220	824 571

As rubricas “Fornecedores conta corrente” e “Fornecedores de investimento” apresentam, a 31 de dezembro de 2017, saldos de 599.969Euros e 189.251 Euros, respetivamente.

14. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” evidencia o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Rubricas	2017	2016
Serviços Especializados	2 501 445	2 355 432
Materiais	789 523	832 485
Energia e Fluídos	104 742	119 230
Deslocações e estadas	1 148 509	919 440
Serviços Diversos	716 128	650 868
Total	5 260 347	4 877 455

O aumento na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” no ano 2017, face ao ano 2016, deve-se ao aumento da atividade do INESC TEC e consequente aumento das compras e contratação de serviços para execução de projetos.

15. Gastos com pessoal

Apresenta-se o quadro global dos indicadores de Recursos Humanos ativos em 31 de dezembro de 2017, com um total de 1.139 colaboradores com os seguintes tipos de ligação: docentes, contratados, bolseiros e estagiários. A tabela a seguir apresentada, para além da divisão dos tipos de ligação na estrutura organizativa, contempla também o ciclo de estudos, o género e a nacionalidade de cada colaborador.

Estrutura Organizativa Interna		Tipo de Ligação													
		Recursos Humanos Integrados									Estagiários Curriculares	Investigadores Colaboradores Externos	Estrutura Externos	Estudantes Externos	Total Global
		I&D				Estrutura (Central e Local)			Investigadores Afiliados	Total Integrados					
		Contratados	Docentes Ensino Superior	Bolseiros e Estagiários	Total I&D	Contratados	Bolseiros e Estagiários	Total Estrutura							
I&D	Centros INESC TEC	71	203	447	721	15	6	21	62	804	26	105	8	102	241
	Projetos Especiais	0	0	2	2	3	4	7	0	9	0	5	0	0	5
	Total I&D	71	203	449	723	18	10	28	62	813	26	110	8	102	246
Estrutura Central	Administração Alargada	1	8	0	9	6	0	6	2	17	0	0	0	0	0
	Serviços de Apoio	1	0	1	2	43	12	55	0	57	0	3	2	2	7
	Total Estrutura Central	2	8	1	11	49	12	61	2	74	0	3	2	2	7
Total Global		73	211	450	734	67	22	89	64	887	26	113	10	104	1140
Habilitações Académicas	3º Ciclo	33	204	82	319	2	3	324	56	699	0	71	0	0	71
	2º Ciclo	38	7	301	346	40	11	397	8	751	18	37	7	43	105
	1º Ciclo	0	0	51	51	7	5	63	0	114	6	4	0	41	51
	Outros Níveis	2	0	16	18	18	3	39	0	57	2	1	3	20	26
Formação em Curso	3º Ciclo	6	3	161	170	6	1	177	3	350	17	20	0	42	257
Género	Masculino	61	176	340	577	28	12	617	51	1245	14	89	3	73	257
	Feminino	12	35	110	157	39	10	206	13	376	12	24	7	31	257
Nacionalidade	Portuguesa	69	210	373	652	37	21	710	62	1424	22	84	10	76	257
	UE/EEE/Suíça	2	0	14	16	0	0	16	2	34	0	13	0	4	257
	Brasileira	0	1	22	23	0	1	24	0	47	4	9	0	9	257
	Outra	2	0	41	43	0	0	43	0	86	0	7	0	15	257

A seguir apresenta-se um quadro resumo do número de colaboradores por tipo de ligação:

			nº de colaboradores	
Tipo de Ligação			2017	2016
RH Integrados	I&D	Contratados	73	58
		Docentes Ensino Superior	211	208
		Bolseiros e Estagiários	450	401
	Estrutura	Contratados	67	57
		Bolseiros e Estagiários	22	24
		Investigadores Afiliados	64	59
	Total RH integrados			887
Investigadores Colaboradores Externos			113	102
Estrutura externos			10	8
Estagiários Curriculares			26	36
Estudantes Externos			104	71
Total Global			1140	1024

A 31 de dezembro de 2017, o Instituto conta com um total de 1.140 colaboradores, sendo 887 RH integrados e 253 RH externos, nomeadamente, investigadores colaboradores, estagiários e estudantes. Com um vínculo de integrado destacam-se 140 contratados, 211 Docentes do Ensino Superior, 472 Bolseiros e Estagiários de I&D e Estrutura.

Os gastos com pessoal, a seguir apresentados, dizem essencialmente respeito a contratados, bolseiros e estagiários, e correspondem à totalidade dos encargos. Face ao período homólogo verifica-se um acréscimo no número de colaboradores essencialmente o aumento do número de Contratados e Bolseiros de I&D.

GASTOS COM PESSOAL		
Rubricas	2017	2016
Ordenados	3 351 897	2 946 706
Subsídio Férias	329 239	280 502
Subsídio Natal	281 646	247 143
Subsídio Refeição	217 200	178 050
Encargos Segurança Social		
<i>Contratados</i>	884 649	772 069
<i>Bolseiros</i>	159 523	92 633
<i>Fundo Garantia Comp. Trabalho</i>	1 094	454
Seguros		
<i>Acidentes profissionais</i>	23 653	20 790
<i>Saúde</i>	44 483	38 847
Medicina Trabalho	6 600	1 560
Prémios	100 000	299 945
Bolsas	4 007 441	3 039 107
Total	9 407 426	7 917 806

A rubrica “Gastos com o pessoal” ascende aos 9.407.426 Euros, refletindo um aumento face ao ano transato, devido maioritariamente às rubricas de “Bolsas” e de “Ordenados”.

16. Gastos financeiros líquidos

Os gastos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ocorreram como a seguir se apresenta:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
Rubricas	2017	2016
Juros suportados	13 073	21 496
Diferenças de câmbio	7 520	4 622
Outros gastos e perdas de financiamento	18 722	13 448
Serviços bancários	18 359	13 174
Garantias bancárias	363	274
Total	39 315	39 566

Os juros suportados de 13.073 Euros respeitam ao financiamento de médio longo prazo, registando-se um decréscimo dos mesmos face a 2016 em virtude da liquidação do financiamento existente. Os serviços bancários apresentam um valor superior a 2016, cifrando-se em 18.359 Euros.

JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Rubricas	2017	2016
Juros recebidos	323	15
Dividendos obtidos	-	-
Diferenças de câmbio	5 921	254
Outros rendimentos financeiros	620	15
Total	6 864	284

17. Contingências (Garantias)

Em 31 de dezembro de 2017, tinham sido prestadas garantias bancárias por conta do Instituto como segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS

Beneficiário	Valor	Banco emissor	Motivo de garantia
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA	17 000	MBCP	Execução do contrato
Camara Municipal da Maia	3.683	MBCP	5% preço contratual

18. Partes relacionadas

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as suas partes relacionadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

PARTES RELACIONADAS

	Nome da Empresa	Cliente	Fornecedor e outras contas a pagar
		Conta corrente	Conta corrente
2017	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	10.918	6.954
	Universidade do Porto	22.122	-
	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	27.867	573
	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	-	2.321
	Politécnico do Porto	-	15.025
	Saldo a 31.12.2017	60.906	24.873
2016	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	-	42.081
	Universidade do Porto	-	8.531
	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	23.841	287
	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	-	47
	Politécnico do Porto	-	-
	Saldo a 31.12.2016	23.841	50.946

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as empresas participadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Nome da Empresa	Empréstimos Participadas	Fornecedor
		Saldo devedor	Conta corrente
2017	INESC P&D Brasil	60.645	-
	Produtech	-	19.640
	Saldo a 31.12.2017	60.645	19.640
2016	Agência de Energia do Porto	-	-
	INESC P&D Brasil	60.645	17.000
	Saldo a 31.12.2016	60.645	17.000

O montante de 60.645 Euros, refere-se a um contrato de mútuo de 11.769 Euros celebrado com o INESC P&D Brasil para fazer face à fase inicial de atividade e a um contrato de cessão de créditos no valor de 48.876 Euros, celebrado com a mesma entidade. O Conselho de Administração considera que o valor a receber do INESC P&D Brasil será integralmente recuperável.

19. Rendimentos

A rubrica “Rendimentos” apresenta a seguinte decomposição a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

RENDIMENTOS		
Rubricas	2017	2016
Serviços de Consultoria de I&D	3 153 733	2 830 037
Subsídios à Exploração	12 273 271	10 384 336
<i>Subsídios do Estado</i>	8 306 887	5 307 640
<i>Subsídios de Outras Entidades</i>	3 966 384	5 076 696
Outros rendimentos	673 645	732 645
Imputação Subsídio ao Investimento	627 236	596 874
Outros	46 409	135 771

Os “Subsídios à Exploração Nacionais e Europeus” no montante de 12.273.271 Euros e os “Serviços de Consultoria de I&D” no valor de 3.153.733 Euros constituem os principais rendimentos da atividade do INESC TEC. Destacam-se os subsídios à Exploração que sofreram um forte acréscimo face a 2016, bem como a atividade de Consultoria de I&D que apresenta um acréscimo significativo face ao período homólogo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Subsídio ao Investimento” registou o seguinte movimento:

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO		
	2017	2016
Saldo inicial	2 612 496	2 663 938
Subsídios atribuídos	796 669	545 432
Rendimentos reconhecidos	(627 236)	(596 874)
Saldo final	2 781 930	2 612 496

Do saldo final do subsídio ao investimento em 31 de dezembro de 2017 no valor de 2.781.93 Euros há 354.290 Euros cujo investimento ainda não foi realizado.

20. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

OUTROS GASTOS		
Rubricas	2017	2016
Outros Gastos	501.229	337.053
Impostos	930	(4.018)
Gastos e perdas de investimentos financeiros	51.713	-
Patrocínios	6.644	2.085
Quotizações	59.861	59.457
Inscrição em cursos	15.915	5.630
Reuniões e conferências	335.919	204.586
Multas fiscais	113	-
Outros	30.133	69.314

As rubricas “Reuniões e conferências” e “Inscrições em cursos” com os montantes de 335.919 Euros e 15.915 Euros, respetivamente, representam os principais gastos para o ano 2017 e são fundamentais nas ações de disseminação dos projetos.

Os “Gastos e perdas de investimentos financeiros” no valor de 51.713 Euros referem-se à liquidação da Kinematix (ver Nota 8).

21. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha o seguinte saldo:

Nesta rubrica estão refletidos os saldos das contas “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares”, “Contribuições para a Segurança Social” e “Fundos de Compensação do Trabalho” que respeitam aos valores processados no mês de dezembro de 2017, a liquidar apenas em janeiro de 2018.

À data de 31 de dezembro de 2017, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
ATIVO	2017	2016
Imposto sobre o Valor Acrescentado	413 293	273 645
	413 293	273 645
PASSIVO	2017	2016
Imposto sobre o Valor Acrescentado	46	46
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - Retenção na Fonte	76 447	97 363
Contribuições para a Segurança Social	108 715	99 936
Imposto selo	-	404
Fundos Compensação do Trabalho	2 216	-
	187 424	197 749

22. Acontecimentos após a data de balanço

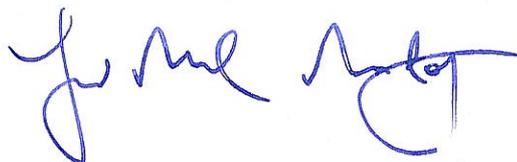
Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC n.º 37425)

A Administração do INESCTEC



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Associados do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência

No cumprimento do mandato que V. Exas. lhe conferiram e no desempenho das suas atribuições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2017 do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência ("INESC TEC"), apresentados oportunamente pelo Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC TEC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do INESC TEC as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão efetuado pelo Revisor Oficial de Contas (Vogal do Conselho Fiscal), foi emitida nesta data a Certificação Legal das Contas, à qual demos a nossa concordância, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui qualquer reserva ou ênfase.

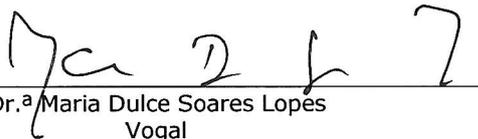
Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Conselho Geral de Associados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do INESC TEC o nosso apreço pela colaboração prestada.

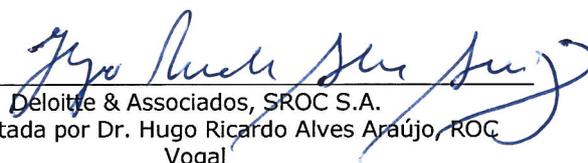
Porto, 11 de Maio de 2018



Dr. Abel dos Santos Alves
Presidente



Dr.ª Maria Dulce Soares Lopes
Vogal



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Dr. Hugo Ricardo Alves Araújo, ROG
Vogal

**INESC TEC – Instituto de Engenharia
de Sistemas e Computadores,
Tecnologia e Ciência**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2017 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 12.056.812 euros e fundos patrimoniais de 4.500.881 euros, incluindo um resultado líquido de 25.588 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

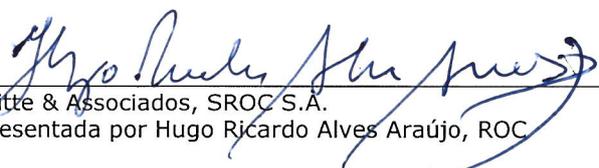
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 11 de maio de 2018


Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC

